

# OA

Boletim da Ordem dos Advogados

Mensal N.º 124  
Março 2015 • €3  
[www.oa.pt](http://www.oa.pt)

## MULHERES: DESAFIOS DO SEC. XXI

### GRANDE ENTREVISTA:

MARIA DE JESUS SERRA LOPES E ELINA FRAGA







*Maria de Jesus Serra Lopes foi dos Advogados, eleita na década de volta a ser liderada por uma mulher, inspiração comum: o sentimento de*





*a primeira Bastonária da Ordem  
90. Mais de 20 anos depois, a Ordem  
Elna Fraga. Duas gerações com uma  
Justiça e de Liberdade*






---

***Maria de Jesus Serra Lopes*** foi a primeira mulher à frente dos desígnios da Ordem dos Advogados. Eleita para o triénio de 1990-1992, num Conselho Geral composto por homens, geriu a Ordem com a força das suas convicções, mantendo-se fiel aos seus valores, sempre em prol de uma Advocacia de excelência.

---

**OA:** *O que a motivou a candidatar-se ao cargo de Bastonária em 1989?*

Já foi há tanto tempo... Muitos Colegas me incitaram a candidatar. Sempre disse que não. Na altura era Vice-Presidente do Conselho Superior e a 7 de Julho de 1989, no jantar com os membros do Conselho, após a última sessão antes de férias, a questão voltou a surgir. Quis saber o que pensava cada um deles. Disseram, um a um, que me devia candidatar. Prometi que iria ponderar o assunto com o meu marido e logo daria a resposta. E aceitei. Estava relutante, mas um pensamento me motivava quando sinto que devo fazer algo: prefiro arrepender-me do que fiz do que de não o ter feito.

**OA:** *Foi difícil ser Advogada numa profissão que era então liderada por homens?*

Não foi nada difícil. Desde pequena que queria ser Advogada. Não só porque o impulso de defender os que me pareciam injustiçados me levava a defendê-los até contra familiares meus, como também porque me apercebi de que naquele tempo as mulheres não tinham voz, e esta era uma forma de lha dar. Candidatei-me a “Bastonário”, pois era o termo que estava no Estatuto. Quando cheguei à Ordem, porém, assumi-me como Bastonária. Disse-lhe que não foi difícil ser Advogada, mas devo acrescentar que, então, pelo facto de ser mulher, para se ter a mesma aceitação não se podia apenas ser igual aos homens, havia que ser um pouco



melhor, que se fazer um esforço maior.

**OA: Foi difícil conciliar a Advocacia com a família?**

Naquele tempo havia uma instituição sublime, as avós. Quando os filhos estão com empregadas, não estamos descansadas, mas com uma avó é tudo mais fácil. Isto é o facto de ter um marido Advogado, e sobretudo, com a generosidade dele, permitiram-me dedicar à profissão sem nunca deixar de ser mãe.

**OA: No seu triénio recebeu a visita da primeira Chefe de Estado estrangeira, a Presidente da República da Irlanda. O que representou esse momento?**

Mary Robinson era uma excelente Advogada, que litigava muito nos Tribunais europeus e que, em defesa dos direitos das mulheres e das crianças, patrocinara causas contra instituições da própria Irlanda. Eleita Presidente, a primeira visita de Estado que quis fazer foi a Portugal, e foi ela que manifestou interesse em visitar a Ordem dos Advogados Portugueses, o que nos deixou muito orgulhosos.

**OA: Durante o seu bastonato pautou-se pela aproximação a associações como a UIA e a IBA. Porque razão sentiu necessidade de abrir as portas às associações estrangeiras de Advogados?**

Quando me candidatei sabia que ia exercer até 31 de Dezembro de 1992. E essa era uma data histórica, o início do Mercado Único e das Novas Fronteiras. Havia uma abertura das portas dos vários países da Europa aos Advogados dos outros países, tínhamos de ter consciência de que integraríamos um grande espaço europeu. Era por isso essencial que os Advogados portugueses estivessem preparados. Recorde-se que em 1952, apesar das dificuldades da época, o Bastonário Adelino da Palma Carlos conseguira inscrever a nossa Ordem na UIA e, eleito Presidente da UIA para o biénio de 1960/1962, realizou em Lisboa, em 1962, o XIX Congresso da UIA. Era essencial retomar este espírito.

**OA: Durante o seu triénio, a Ordem insurgiu-se contra a proliferação dos cursos de Direito...**

Contra os cursos de Direito sem condições de formar dignamente, porque esta é uma profissão de grande responsabilidade. Os clientes põem nas mãos dos Advogados o que têm de mais precioso: a defesa do seu bom nome, da sua honra, dos seus bens. Imagine que o Advogado a quem um assunto foi entregue, por incompetência ou ignorância, levou a que o cliente perdesse o seu direito, ou fosse preso, ou... O facto é irremediável. Os produtos vendidos, se defeituosos, podem ser substituídos. A prestação de um Advogado não o pode. Logo, é essencial que o controlo esteja na pessoa do prestador, quem presta o serviço tem que ter a máxima competência.

**OA: O que a motivou a instituir o exame de agregação à Ordem dos Advogados?**

Quando instituí o exame de final de estágio, expliquei que não tinha o intuito de aferir se o curso de Direito estava bem tirado, mas apenas de avaliar a aptidão dos Advogados estagiários quanto às matérias profissionalizantes



TOMADA DE POSSE DA SENHORA BASTONÁRIA EM JANEIRO DE 1990

ministradas pela Ordem, de forma a poderem exercer dignamente a profissão.

**OA: O exame valeu-lhe uma manifestação acesa de estudantes à porta da Ordem. Como lidou com esse descontentamento?**

Não faz ideia do que foi. Os alunos de Direito estavam em greve em todo o País. Recebi uma chamada de um jornalista que me perguntava “os estudantes de Coimbra estão a pedir a demissão da Bastonária, o que diz?” limitei-me a responder: “Não sou Bastonária de estudantes.” Alunos do Porto e de Coimbra reuniram-se na Faculdade de Direito de Lisboa e dali partiram todos a pé até à porta da Ordem. Um superintendente da PSP ligou perguntando se queria polícia nas instalações. Recusei de imediato. Propus que os alunos seleccionassem um grupo a ser recebido por mim e pelos membros dos Conselhos presentes. Explicámos-lhes que não estavam em causa os seus cursos e que o exame seria no fim do estágio e versaria apenas as matérias ministradas pela Ordem. Compreenderam que defendíamos o interesse deles e, quando fui para casa no final do dia, ouvi na TSF que já estava tudo apaziguado. As manchetes dos jornais no dia seguinte também anunciavam o fim do protesto.

**OA: Foi um episódio marcante?**

Apreendi uma coisa importante, que eu intuía mas ficou reforçada: em situação, é útil ouvir opiniões, mas, a final, devemos agir de acordo com o nosso sentir. Apesar de os meus conselheiros entenderem que eu não devia ficar na Ordem, senti que o devia fazer. Fiquei e o conflito foi resolvido. Se tivesse voltado costas, o desfecho poderia ter sido caótico.

**OA: Em 1992, existiam 11.296 Advogados activos; hoje existem cerca de 29.272. Este é um número excessivo para as necessidades do País?**

Sempre fui pela profissionalização. Uma pessoa que todo o dia tem uma profissão diferente e exerce Advocacia de vez em quando corre sérios riscos de causar danos irreversíveis ao cliente. Do número que me aponta, alguns deles podem estar apenas inscritos. Muitos se inscreviam apenas para dizer que tinham uma profissão. Isto com a concordância do poder, já que assim havia menos desempregados.





MÁRIO SOARES, ENTÃO PRESIDENTE DA REPÚBLICA, ATRIBUIU A ORDEM DOS ADVOGADOS O TÍTULO DE MEMBRO HONORÁRIO DA ORDEM DA LIBERDADE (1992)

**OA: Os Advogados de hoje têm de ser especialistas ou ainda há espaço para o Advogado generalista?**

Esta foi sempre uma questão controversa. Defendo a especialização, mas sei que há uma forte disparidade entre as grandes cidades e as comarcas pequenas, onde o Advogado tem de ser generalista. Se assim não fosse, os próprios cidadãos ficariam desprotegidos. Por isso esta é uma figura que não vai desaparecer.

**OA: Estão inscritas na Ordem 15.616 Advogadas. Apesar de a profissão ser cada vez mais feminina, a maioria dos cargos de liderança pertencem aos homens. Esta tendência vai mudar na Ordem e no País?**

É inevitável que mude, as circunstâncias assim o obrigam. Mas as mulheres têm que perceber que isso também depende da vontade e do agir delas. As mulheres têm que ousar querer e não esperar apenas ser convidadas.

**OA: Instituiu o primeiro Dia do Advogado...**

Era um sonho que tinha. Essa celebração já existia em França. Consultei o calendário dos Santos e, a 19 de Maio de 1992, no dia de S. Ivo, padroeiro dos Advogados, a Ordem comemorou o primeiro Dia Nacional do Advogado.

**OA: Nessa ocasião, Mário Soares, então Presidente da República, concedeu à Ordem o título de membro honorário da Ordem da Liberdade. O que representou essa condecoração?**

Foi uma condecoração importantíssima. No seu discurso, Mário Soares afirmou que nunca havia outorgado a Ordem da Liberdade a pessoa colectiva alguma, mas que a Ordem dos Advogados a merecia amplamente, pois, qualquer que tivesse sido o seu Bastonário, a Ordem havia sido sempre um bastião da Liberdade.

**OA: Nessa altura sublinhava que “a eterna vigilância é o preço da liberdade”. É esta filosofia que deve continuar a mover a Ordem dos Advogados?**

Penso que sim, e sinto que isso é cada vez mais importante, porque nada está definitivamente conquistado. Como escrevia o Camus no final de *A Peste*, “o bacilo da peste não morre nem desaparece nunca, pode ficar dezenas de anos adormecido nos móveis e na roupa, espera pacientemente nos quartos, nos porões, nos baús, nos lenços e na papelada...” Temos que ter vigilância permanente para não perder a Liberdade!

**OA: A proposta de lei que aprova os novos Estatutos da Ordem dos Advogados vem coarctar essa Liberdade?**

Na minha opinião, sim. Note que há vários anos pessoas várias pugnam por isso. Não percebem porque é que para a Ordem são fundamentais a independência e a autonomia. Para existir a profissão de Advogado, este tem de ser inteiramente livre. É mau para qualquer regime, para qualquer país, querer subordinar os Advogados. Um Advogado que não seja livre pode ser um qualquer assalariado, como havia nos regimes comunistas, mas não é um Advogado. Sem liberdade, sem independência, não existe Advogado.

**OA: O que pensa da figura do provedor do cliente?**

Sou a favor do Provedor de Justiça e custa-me muito, até por dignificação desta figura, que se multipliquem os provedores. Dediquei-me vários anos a estudar, a criar e a ajudar a pôr em prática em alguns países a figura do provedor, na sua expressão original de *Ombudsman*. Integrei a Comissão para a Democracia pelo Direito, a chamada Comissão de Veneza, criada depois da queda do Muro de Berlim, com o intuito de ajudar os Países de Leste, que desejavam aderir ao Conselho da Europa, mas não podiam fazê-lo sem terem instituições democráticas. A figura do provedor era muito importante, pois garantia que alguém pudesse defender os cidadãos contra a Administração Pública. Na verdade, esta figura tem enorme poder, apesar



VISITA DO MINISTRO DOS DIREITOS DO HOMEM DA ARGÉLIA (1991)



de (ou por causa disso...) as suas decisões não serem exequíveis. O seu poder vive da pessoa que encarna a instituição. Por tudo isto sou contra a banalização da figura do provedor.

**OA: O que lhe parece a obrigatoriedade de uma segunda volta para eleição do Bastonário?**

Se as candidaturas se multiplicam, penso que é importante, porque corremos o risco de ter um Bastonário sem qualquer representatividade. Teoricamente, podemos ter um Bastonário eleito por uma parcela irrelevante de votos.

**OA: Considera que deve existir incompatibilidade entre o cargo de deputado na Assembleia da República e a profissão de Advogado?**

Fiz parte do Conselho Geral do Bastonário Coelho Ribeiro, o único Conselho Geral em que estive além daquele a que presidi. Nessa altura fizemos, com o concurso dos Advogados de todo o País, o que veio a ser o Decreto-Lei n.º 84/84, de 16 de Março, que esteve em vigor até à Lei n.º 15/2005, de 26 de Janeiro. No nosso projecto estava contemplada a proibição de os deputados advogarem. Porém, para que o Estatuto fosse aprovado na Assembleia da República, houve que retirar três alíneas, uma das quais era essa proibição.

**OA: Então deve haver incompatibilidade...**

Percebo que exista uma luta entre ter deputados com outras profissões, porventura conflituantes, e ter deputados funcionários dos partidos - situação cada vez mais comum. Ora, eu não gosto que os representantes nas instituições sejam funcionários dos partidos, mas também entendo a crítica que se faz. Mas sabe... quando era Bastonária recebi uma carta de um Colega que defendia a incompatibilidade; entretanto foi ano de Congresso e inscrevi esse nos temas a discutir. Escrevi, então, ao Colega convidando-o a apresentar uma comunicação. Apesar da sua simpática resposta, não só a não apresentou como, mais tarde, veio a ser deputado continuando a exercer Advocacia. Como vê, esta é uma questão complicada...

**OA: Foi a primeira mulher no Conselho de Estado, entre 1996 e 2005. O que destaca dessa época?**

Fui a primeira mulher no Conselho de Estado Constitucional. Recordo, por razões diversas, a entrega



de Macau à China, em 1999, e a independência de Timor, em 2002.

**OA: Considera-se uma inspiração para as Advogadas de hoje em dia?**

Não me considero inspiração para ninguém. Cada Advogada tem de encontrar a inspiração dentro de si, pois essa é a única que vale a pena.

**OA: Há alguma decisão que tenha tomado e de que se arrependa?**

Não me lembro. É tão boa esta nossa capacidade de esquecimento...

**OA: E há algo que se arrependa de não ter feito?**

Nunca saberemos o que teria sido se não tivesse sido assim. A única coisa que existe é o que é. Nesse aspecto sou existencialista. Quando se diz "ele podia ter sido um escritor magnífico, tem imensas qualidades", isto não é nada. Ou foi ou não foi.

**OA: É uma mulher realizada?**

A verdade é que não queria ter feito outra coisa. Não queria ter casado com outro homem; não queria ter tido outros filhos; não queria não ter sido Advogada; não queria não ter passado pela Ordem. O que é que queria? Ter sido melhor em tudo o que fui.